



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640054 - SP (2021/0012801-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DANIEL VIEIRA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADOS : RICARDO RODRIGUES - SP253451
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS - SP184596
ROBERTA FRADE PALMEIRA JACCOUD - SP270733
DANIEL VIEIRA DE SOUZA - SP398419
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCIANO SANTOS DE TOLEDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO SANTOS DE TOLEDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2294691-90.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito, em 03 de dezembro de 2020, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, artigo 16 da Lei nº 10.826/2003 e no artigo 333 do Código Penal.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Aduz que o paciente é primário, possui residência fixa e ocupação lícita e que o fato criminoso teria sido cometido sem violência ou grave ameaça.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a concessão de liberdade provisória, mediante aplicação das cautelares previstas no art. 319, do Código de Processo Penal.

No mérito, a confirmação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize a concessão de liminar, porquanto, ao analisar o *writ* na origem, o Relator consignou que (e-STJ fls. 20/24):

In casu, o decisório preenche os requisitos de fundamentação exigidos para a decretação da excepcional custódia cautelar. Vale ressaltar ainda que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "...não é necessário que o despacho que decreta a prisão preventiva seja extenso, ou que possua minudência típica de uma sentença condenatória, bastando que aponte indícios de autoria e materialidade, além da indispensabilidade

da segregação do agente” (STJ, 5ª Turma HC nº 2678/ES, p. 231 e RHC 3801-2/MT).

[...]

E, no caso vertente, estão presentes os pressupostos necessários para a manutenção do decreto preventivo, porquanto um dos delitos imputados ao paciente possui pena máxima cominada superior a quatro anos (art. 313, I, CP), bem como há prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

Verifica-se que o decisum que decretou a custódia preventiva (fls. 40/44) destacou aspectos importantes da conduta do paciente:

“A grande quantidade de drogas encontrada (quase 3kg), aliada ao valor também apreendido (mais de R\$ 15.000,00) dá conta, ressalvado entendimento posterior a ser firmado pelo Juízo natural da causa, de que os autuados possuem estreita ligação com a traficância e se dedicam à atividade delituosa, de maneira que a sua liberdade traz risco concreto de reiteração delitiva, motivação bastante para assentar a prisão ante tempus (STF, HC 95.118/SP, 94.999/SP, 94.828/SP e 93.913/SC), não como antecipação de pena, mas como expediente de socorro à ordem pública, fazendo cessar emergencialmente a prática criminosa. Reforça essa assertiva a apreensão de arma de fogo com numeração raspada.

“Ademais, observa-se que houve o oferecimento da quantia a policiais, o que demonstra ousadia e tentativa de não sujeição às implicações criminais derivadas dos atos cometidos...” (fls. 43).

Não se trata, pois, de fundamentação genérica, calcada exclusivamente na inquestionável gravidade abstrata dos delitos.

Ora, a quantidade de drogas apreendidas é elemento apto a justificar a excepcional custódia preventiva, segundo precedentes das Cortes Superiores; confira-se:

[...]

Necessária a custódia, assim, à ordem pública, não somente para obstaculizar a reiteração da conduta, mas igualmente para assegurar o meio social.

Presentes, pois, os quesitos autorizadores previstos no artigo 312 da Lei Adjativa Penal.

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência